

Intervenção proferida pelo deputado regional Clélio Meneses na Sessão Plenária de Dezembro de 2008.

Na primeira oportunidade que o Grupo Parlamentar do PSD usa da palavra na IX Legislatura da Autonomia dos Açores, saúdo V.Ex^a, Senhor Presidente da Assembleia, e, na isenção que se espera da sua pessoa, todas as Senhoras e Senhores Deputados pela respectiva eleição, manifestando a democrática vontade de que o trabalho de todos e cada um de nós reproduza com sucesso a dialéctica da Democracia nos resultados concretos que a nossa acção deve ter na melhoria das condições de vida dos açorianos, tendo por base o inexorável respeito pela diferença que faz com que este Parlamento tenha várias cores e perspectivas constitutivas, todas elas e na correspondente dimensão, de um caleidoscópio que deverá ter como objectivo final dar mais vida às cores que a nossa terra já tem.

Saúdo, do mesmo modo, o Senhor Presidente do Governo e, na sua pessoa, as Senhoras e os Senhores Membros do órgão executivo da Região, pela vitória eleitoral alcançada, assumindo perante V.Ex^a e os açorianos em geral, a nossa integral determinação na procura dos consensos e na promoção das medidas que, em conjunto, possamos tomar em prol dos açorianos, quanto afirmamos, com idêntica

frontalidade, a defesa firme e convicta daquilo que nos distingue da acção governativa, na concretização necessária das propostas que apresentamos e na fiscalização da actividade executiva que nos incumbe.

Enfim, na assunção do papel democrático que a cada um cabe.

Pois, nem o PSD é Governo, nem o Governo é oposição.

Neste respeito do lugar e da existência política de cada um assenta a normalidade da vida política das comunidades.

Por isso, na mesma medida em que não pomos em causa a legitimidade democrática do Governo e de cada uma das forças políticas aqui representadas, não permitiremos qualquer tipo de postura desrespeitadora da representatividade política que os açorianos nos conferiram e do património de valores e práticas políticas que nos identificam.

Assim nos exigem aqueles que depositaram em nós a sua confiança política e o respeito pela função que aceitamos desempenhar e pela instituição de que fazemos parte.

Estamos a debater o quarto programa de um Governo do PS nos Açores. No final deste, são já 16 anos de governação socialista na Região. Nessa altura, nenhum açoriano com menos de 34 anos terá votado numa eleição regional que não tenha tido vitória do PS.

É muito tempo com os mesmos protagonistas e as mesmas políticas.

Na verdade, é o próprio Presidente do Governo a afirmar, sucessiva e recorrentemente, que estamos perante um Governo de continuidade.

E o que se vê e sente é que, na realidade, pouco há de novo. Mantêm-se a linha, o rumo, os actores, agora noutras cadeiras, mas na generalidade os mesmos, e repetem-se os chavões. Por sinal, até o conceito de sustentabilidade, por diversas vezes, referido no Programa do anterior Governo, há 4 anos atrás, é agora apresentado como novidade pelo Presidente do Governo.

Novidade requentada e repetida não é novidade, é, pelo contrário, o reconhecimento que já não se consegue produzir nada de novo.

A este respeito é elucidativa a repetição, a cópia de frases e parágrafos inteiros do Programa de Governo aprovado em 2004 para aquele que agora é apresentado.

São mais de meia centena as repetições ao nível dos objectivos e das medidas.

Num tempo em constante mutação, em que a realidade económica, social ou cultural muda a grande velocidade e todos os dias, em que o que é dado por assente ou, sequer, previsível hoje já é contraditado ou posto em causa amanhã, não é aceitável que se continue assim tão preso ao passado, enfim, ao poder que se pretende artificialmente fazer crer que é imutável.

Curiosamente, o Programa de Governo em análise, começa, mesmo, sob o título "*Ilhas de Futuro*", com cinco parágrafos com tempos verbais do ... Passado, que procurando sustentar o auto-elogio permanente com que se tenta iludir os insucessos reais da governação acaba a prender este Governo ao passado que, de facto, tem.

Passado que, para este Governo, é quase genericamente feito de glórias. Vejam-se as expressões: "*os Açores experimentaram um processo geral de desenvolvimento*"; "*Progredimos, de forma evidente e reconhecida, na*

dinamização e diversificação da nossa economia”; “apostámos de forma bem sucedida em políticas de fomento de emprego, de qualificação e reconversão profissionais e de apoio à reinserção no mercado de trabalho”; “demonstrámos que a procura de uma sociedade mais dinâmica, competitiva e inovadora não é incompatível com uma governação atenta e empenhada na prossecução de políticas sociais justas e eficazes”.

Só maravilhas do passado!

O Governo ocupa-se, assim, a pintar o mundo de cor-de-rosa, como se os açorianos não sentissem na pele que as coisas não são assim.

Em suma: revela-se o cansaço, a falta de originalidade, sente-se, claramente o fim de ciclo da governação socialista.

Estamos, assim, perante o último Governo presidido por Carlos César.

Governo que resulta democrática e legitimamente do acto eleitoral, mas que não teve o apoio que era desejado e chegou a ser anunciado.

Com efeito, aquela que era para ser a maior vitória de sempre nos Açores, da tal coligação com os açorianos, do partido da bandeira e dos símbolos da Região, do partido que queria ser de todos, não teve o apoio eleitoral da maioria dos açorianos, nem sequer da maioria dos eleitores, que acabou por ficar em casa, nem sequer teve o apoio sufragado da maioria daqueles que foram votar.

De facto, dos 46,7% dos eleitores que votaram, apenas 49,92% votaram no PS o que corresponde a um apoio eleitoral de 23% dos eleitores açorianos.

O PSD teve menos votos, é verdade, e por isso não é Governo. Mas também é certo que o Governo, na sua actuação política, deverá ter em atenção este resultado, para mais tendo em conta a perda de cerca de 15.000 votos relativamente à eleição anterior.

Nestes três dias de debate faremos uma análise sectorial genérica do programa em discussão, na certeza de que nos quatro anos que nos esperam teremos oportunidade e convicto empenhamento para acentuarmos o caminho político que entendemos adequado para os Açores.

Neste momento, porém, não podemos deixar de fazer uma referência especial aos tempos difíceis que se vivem nos Açores.

Tempos da crise de que o PS não queria falar e da qual ainda hoje foge.

No entanto, não é fugindo da crise que se resolve a crise ou se atenuam os seus problemas, ao invés, aumentam-se os seus efeitos e acaba-se por ser apanhado por essa mesma crise.

O PSD, nos últimos anos, por várias vezes, trouxe a este Parlamento as preocupações dos dias pesados que têm vivido os açorianos.

Não se ficou pelas preocupações, apresentou propostas.

O PS sempre respondeu com arrogância e desdém, dizendo que estava tudo bem, que eram invenções do PSD.

Até ao dia 19 de Outubro, o Governo e o PS sempre disseram que não havia crise nos Açores.

Carlos César proclamava em plena campanha eleitoral:
"Não há oposição que retire ao PS o mérito de ter colocado os Açores fora da crise nacional e internacional".

Porém, a partir de 19 de Outubro, já o PS começou a assumir, envergonhadamente, a crise.

Primeiro, neste Programa ao mencionar por, apenas, 4 vezes a palavra crise. Muito menos, aliás, do que aquelas que a comunicação social a refere, por sinal, para revolta do Presidente do Governo, como manifestou no despropositado discurso de tomada de posse nesta Assembleia.

Mesmo assim, a crise é referida como sendo *“internacional”*, exigindo apenas a *“salvaguarda da nossa economia”*, para além de promover *“oportunidades e benefícios”*.

Isto é, para o Governo, que vive fechado no seu casulo, alheio àquilo que verdadeira e penosamente sentem os açorianos, a crise passou a existir, mas não afecta os Açores e pode mesmo ser uma coisa boa.

Depois, ao reunir com associações empresariais para *“anunciar um conjunto de medidas de combate à consequência da crise internacional”*.

Na ânsia descontrolada do auto-elogio e da fuga à realidade, o Governo cai no ridículo de *“anunciar um*

conjunto de medidas de combate”, imagine-se(!), “à crise internacional”.

Pelo que se sabe, o Banco Central Europeu e até a nova administração americana já fizeram chegar a Santana comoventes missivas de agradecimento pelo contributo dos Açores para debelar a crise do planeta.

Na realidade, as medidas anunciadas na generalidade são positivas, mas, para os Açores. Vêm tarde, não têm alcance de médio e longo prazo, mas têm alguns méritos.

Algumas delas já tinham, de resto, sido anunciadas pelo PSD na campanha eleitoral e ainda na passada semana.

Mas, sobretudo e é isso que é mais importante, o Governo o pouco que fez foi atrás da crise, quando deveria agir á frente da crise, antes, para evitar que ela tivesse tido os efeitos que está a ter na Região.

Constata-se assim que, para a enviesada propaganda socialista, a crise só surgiu a partir de 19 de Outubro.

Sosseguem os socialistas, a crise não apareceu porque o PS ganhou as eleições nessa data, mas, seguramente, também, porque o PS governou os Açores nos últimos 12

anos e teve tempo, dinheiro e meios para promover efectiva e reprodutivamente o desenvolvimento dos Açores e não o fez.

Como o PSD, bastas vezes denunciou e apresentou, é necessário um outro modelo de desenvolvimento, que promova as pessoas, as suas capacidades a sua qualificação, as potencialidades das terras, o apoio às empresas, ao empreendedorismo, a aposta no conhecimento, na investigação, nas novas tecnologias, na sociedade da informação, enfim, uma inversão completa nas prioridades e nas apostas da governação.

Agora, passados 12 anos de falta de resultados dos meios e das políticas na vida das pessoas é que o Programa de Governo fala *"na viragem no paradigma de desenvolvimento regional"*, referindo exactamente aquilo que o PSD andou a dizer nos últimos anos.

Só agora!?

É por ser só agora que se sente hoje a crise nos Açores.

Por exemplo, a agricultura vê baixar o preço do leite à produção, e os agricultores vivem dias de angústia e desespero. Para além disso, os números do Turismo descem; o desemprego aumenta; os pescadores vivem tempos difíceis; os professores manifestam-se na rua e as nossas escolas estão no fim do ranking; na Saúde aumenta

a dívida e continuam os problemas; na economia fecham empresas e despedem-se trabalhadores, há atrasos nos pagamentos como nunca se havia visto, há aperto nas famílias e nas empresas.

O problema, no fundo, não é o número de vezes que o PSD ou a comunicação social dizem a palavra crise. O problema, na verdade, é o número de dias que os açorianos sentem na pele, na família e no emprego os efeitos da crise.

Os efeitos desta política socialista da ilusão, da criação de um mundo irreal diferente da vida de todos os dias das mulheres e dos homens destas ilhas.

Quanto mais se foge da realidade, por mais dura que seja, mais distante se fica de ultrapassar os dias difíceis.

A mesma estratégia de fugir das coisas menos boas sucede, por exemplo, quando o Programa de Governo apresenta positivamente o facto de *“termos taxas de impostos substancialmente mais reduzidas do que no resto do País e na União Europeia”*. É verdade. Mas o que os açorianos sentem é que pagam mais por aquilo que compram do que no resto do país e da União Europeia, o que sentem é termos tido a mais alta taxa de inflação do país.

E, mais uma vez, curiosamente, a palavra inflação não é referida uma única vez.

Por tudo isto e por tudo aquilo que vai ser apresentado, não é claramente este o nosso modelo de governação, pelo que o voto contra é o único adequado ao projecto alternativo de desenvolvimento que o PSD defende para os Açores.

Alternativa positiva que o PSD consubstancia nas propostas concretas que já apresentou e irá desenvolver nestes três dias de debate, ao nível do apoio às empresas e às famílias no combate eficaz e realista á crise que afecta a vida dos açorianos.

Em essência, o voto do PSD fundamenta-se naquilo que têm sido estes últimos 12 anos de governação socialista e a assumida vontade deste Governo na continuidade para os próximos 4, no fundo, das coisas ficarem mais ou menos como estão; baseia-se, ainda, o nosso voto na diferença de um distinto modelo de governação que o PSD quer e propõe para os Açores e, sobretudo porque é o mais importante, naquilo que os Açorianos manifestaram e esperam do Governo da sua terra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Dezembro de 2008